

# O NEOPOPULISMO NAS DEMOCRACIAS LATINO AMERICANAS

Fernanda Mehl Sylvestre Moreira<sup>1</sup>  
Carlos Simioni<sup>2</sup>

## RESUMO

Este texto propõe uma reflexão sobre a trajetória do populismo na América Latina, no âmbito das transformações sociais, políticas e econômicas, sobretudo a partir da década de 1990, em virtude da globalização e dos processos de transição de regimes autoritários para democracias liberais. O neopopulismo se estabelece nos sistemas representativos, à medida em que se beneficia de fragilidades institucionais e de falhas na representação política dos cidadãos. O fenômeno se caracteriza pela relação direta e sem mediação, entre uma liderança personalista e um público heterogêneo. Os objetivos deste trabalho são: retomar as principais interpretações do populismo observado no século XX e analisar a influência do neopopulismo sobre as democracias representativas do século XXI. Defende-se que a alta personalização e o clientelismo, elementos observados na cultura política da região, aliados às fragilidades institucionais destes países, contribuem para o distanciamento dos princípios da democracia liberal. O estudo, de caráter exploratório, consistiu em revisão bibliográfica, procurou-se oferecer um panorama sobre o populismo contemporâneo e suas implicações para as democracias.

**Palavras-chave:** Neopopulismo. Democracia. Globalização. Movimentos sociais. Instituições.

---

<sup>1</sup> Fernanda Mehl Sylvestre Moreira é aluna do curso de graduação em Ciência Política no Centro Universitário Uninter. Esse artigo é para obtenção do título Bacharel em Ciência Política.

<sup>2</sup> Carlos Simioni é doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFPR; Mestre em Sociologia, UFPR; Graduado em Ciências Sociais, UFPR. Professor dos cursos de Ciência Política e Relações Internacionais no Centro Universitário UNINTER desde 2002.

## **1 INTRODUÇÃO**

O populismo na América Latina manifestou-se no âmbito das transformações sociais, políticas e econômicas, sobretudo a partir da década de 1990, no contexto da globalização e dos processos de transição de regimes autoritários para democracias liberais. O fenômeno integrou-se aos sistemas representativos, em virtude da baixa institucionalização do sistema partidário e da satisfação do público em relação ao desempenho de líderes personalistas à frente dos governos nacionais.

O ânimo para desenvolver um estudo cujo tema abriga poucos consensos na teoria política, se deve à necessidade de reconhecer o populismo como um fenômeno em sintonia com a cultura política da região, neste sentido é importante compreender de que forma esses movimentos se manifestam no campo democrático, afirmando a participação popular e o pluralismo na construção das democracias.

Esta pesquisa de caráter exploratório, consistiu em revisão bibliográfica, absorvendo conceitos e ideias de autores com preocupações semelhantes à proposta deste estudo, buscou-se delimitar o tema aos aspectos políticos institucionais, em acordo com as análises de Weyland (2001) e Roberts (1995) que definem o populismo como uma estratégia política de mobilização eleitoral.

Por fim, pretende-se atender os seguintes objetivos: 1) retomar algumas interpretações do populismo, surgido entre os anos 1930 a 1960 do século XX; e 2) analisar a manifestação do neopopulismo, nas democracias representativas do século XXI, com ênfase em aspectos próprios da cultura política latino-americana como a personalização e o clientelismo. A hipótese é que estes elementos, somados à fragilidade institucional e oportunidades conjunturais, contribuem para o afastamento dos princípios e práticas da democracia liberal.

## **2 O POPULISMO E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA**

O populismo assume múltiplos sentidos e interpretações, a depender do contexto em que se manifesta, e por abrigar tantas divergências permanece sem conceito ou significado na teoria política, a falta de consenso, contudo, não diminui a relevância do fenômeno na América Latina, onde é reconhecido como “um aspecto básico da vida política de cada país” (Ianni, 1997, p.1).

Ângela de Castro Gomes (2022) trouxe formulações críticas ao conceito de populismo pela tendência a simplificar a complexa relação entre Estado e sociedade. Discorda do uso ideológico e pejorativo do termo e defende que o uso amplo e variado, por diferentes estudiosos e analistas políticos, leva a confusões e divergências em torno da sua interpretação. Todavia, reconhece que “são essas marcas difusas que lhe permitem interpelar públicos diversos, o que lhe daria força e poder de atração, mas responderia por sua fraqueza teórica e imprecisão histórica” (Gomes, 2022, p.2).

Nessa perspectiva, Germani (1973), Ianni (1977) e Di Tella (1969) constituem o principal viés de análise para o fenômeno que se manifestou entre as décadas de 1930 a 1960 do século XX, e o interpretam como movimentos sociais e políticos que surgiram em consequência das crises econômicas ou mudanças sociais em virtude do declínio da oligarquia rural e dos processos de industrialização e urbanização do período.

Com o crescimento da população urbana, as massas chegaram às cidades, sem recursos e desorganizadas, suscetíveis à mobilização por parte de líderes personalistas e carismáticos que, por sua vez, passaram a promover grandes investimentos na estrutura social dos países.

Germani (1973), identificou no fenômeno a relação entre o líder e as massas cujo principal vínculo é o carisma, ou mesmo, a demagogia. O carisma é fundamental para a compreensão de certos fenômenos políticos cuja dominação está descrita na teoria weberiana como um tipo de autoridade que não se baseia na tradição, tampouco em regras racionais, mas na devoção ao líder e às suas características extraordinárias (Webber, 2004). O vínculo pela demagogia, sugere uma praxe política voltada a manipular e conduzir o público, que apela a emoções e preconceitos no lugar da razão.

No desenvolvimento deste tipo de política não se levam em consideração, a não ser numa forma extremamente superficial e grosseira, os reais interesses do país e os resultados finais a que pode levar no tempo a ação demagógica, dirigida antes de tudo para a conquista e manutenção de um poder pessoal ou de um grupo. (Bobbio; Matteucci; Pasquino; 1998, p. 318)

Ianni (1977) atribuiu às massas organizadas um papel central no populismo e define o fenômeno como um “movimento fundamentalmente de massas que aparece no centro das rupturas estruturais que acompanham as crises do sistema capitalista

mundial e as correspondentes crises de oligarquias latino americanas”. (Ianni, 1977, p.65).

Di Tella (1969), por sua vez, procurou destacar o caráter heterogêneo do movimento e a importância do apoio popular, de base não operária, formada por uma elite localizada nos estratos médios e altos da sociedade que busca transformar o status quo. O autor faz referência a “uma ideologia ou estado emocional difundido que favoreça a comunicação entre líderes e seguidores e crie um entusiasmo coletivo.” (Di Tella, 1969 apud Ianni, 1997, p. 31).

Na teoria política, Laclau (2013) renuncia à interpretação do populismo ligado ao conflito de classes e o afirma como estratégia de construção do político que se relaciona ao processo de formação de identidades, instituições e práticas que constituem uma sociedade. Na sua visão, o movimento busca unificar diferentes demandas sociais em um discurso comum, criando uma identidade coletiva em torno do povo como ator político, de modo que o movimento se apresenta como alternativa às falhas de representação política, observadas na realidade.

Para Mouffe (2005), as relações de poder são constitutivas do social e produzem não apenas opiniões políticas, mas as próprias identidades dos atores em conflito, diante disso, toda ordem política deve ser encarada como manifestação desse poder e conflito constitutivos (apud Medeiros, 2016, p. 174)

O populismo pode conquistar aqueles que estão às margens da sociedade ou desiludidos com a política, no século XX o fenômeno representou uma maneira de incorporar os cidadãos à esfera pública, baseada no vínculo entre o líder político e as massas, gerando uma nova cultura política que se fundamentou no papel interventor do Estado, que atuava como um mecanismo de controle e de repressão sobre as massas e, como um meio para atender às suas demandas (Weffort,1978).

Nesse contexto, é fundamental considerar as dificuldades sociais, econômicas e políticas, inerentes aos processos de transição de uma sociedade rural e tradicional para uma sociedade urbano-industrial, o período foi marcado por desafios estruturais que alimentavam o descontentamento popular e abriram espaço para o surgimento de novas formas de liderança política no continente.

No século XXI, em virtude das transformações promovidas pela globalização e pelo neoliberalismo, observa-se o retorno ao populismo, o fenômeno ganha força à medida que o Estado, as instituições de mediação política, em especial os partidos políticos,

falham na sua função primordial, a de representar os interesses daqueles que os elegeram.

### **3 O NEOPOPULISMO NAS DEMOCRACIAS REPRESENTATIVAS DO SÉCULO XXI**

Nas décadas de 1980 e 1990, a América Latina passou por transformações sociais, políticas e econômicas, devido a adequação dos países ao neoliberalismo e aos processos de transição de regimes autoritários para democracias liberais. O período reflete a redução da intervenção do Estado na economia com consequências para a esfera social que resultaram na formação de uma cultura política baseada na personalização, no particularismo e em práticas clientelistas (Baquero, 2010).

Nesse cenário, a política latino-americana testemunhou um retorno ao populismo, estabelecendo um ciclo de retroalimentação entre políticas populistas e reformas neoliberais (Weyland, 2001).

Com o objetivo de analisar o neopopulismo nas democracias contemporâneas, procurou-se abordá-lo como um estilo ou estratégia de mobilização eleitoral (Roberts, 1995; Weyland, 2001) o que permite delimitar o tema aos aspectos político institucionais com ênfase na personalização da política que se sobrepõe aos partidos e às ideologias.

Roberts (1995) refere-se a cinco elementos presentes na estratégia: uma liderança personalista e paternalista; uma coalizão de apoio multiclassista; um tipo de mobilização vertical, que subordina as instituições de mediação política; uma ideologia indefinida e antissistema; e o uso extensivo de políticas redistributivas que se destinam à criação de uma base de apoio entre os setores populares.

O estilo de liderança personalista permite a identificação de líderes populistas com base em alguns elementos, seguindo este critério, o carisma é apenas um dos recursos utilizados pelo líder para estabelecer uma estratégia de conexão com o público, que se soma a outros elementos como a performance política altamente mediatizada (Moffit, 2016) que incorpora tanto os aspectos retóricos, quanto os aspectos simbólicos da construção política, entre eles a retórica voltada à persuasão e o uso de símbolos, imagens e gestos que transmitam uma mensagem política.

[...] estilo político pode ser entendido como os repertórios de performances mediatizadas para determinados públicos com a finalidade de criar e movimentar-se pelo campo do poder compreendido como político, estendendo-o do domínio do governo para o domínio da vida coletiva. (Moffitt, 2016 apud Cassimiro, 2021, p.38).

Outro elemento fundamental na construção do estilo, é o discurso polarizador que busca dividir a sociedade em grupos como conservadores e progressistas. Para Roberts (2006), quanto mais radicais forem os discursos e o comportamento dos líderes, mais intensa será a oposição, o que possibilita que o conflito sociopolítico se estenda para fora da arena eleitoral. As divergências sociais e políticas criam incentivos para que figuras populistas capacitem seus seguidores para o combate, chamados a participar de grupos, se organizar em comícios ou manifestações.

O vínculo com o público é fundamental na estratégia política, no sentido em que o líder se apoia nele para constranger as instituições e colocar-se acima dos princípios democráticos. O neopopulismo dirige-se a uma base ampliada, que engloba os setores rurais, urbanos e os informais, formando uma coalizão de apoio multiclassista, composta por uma cúpula voltada à ação política, e uma massa de eleitores capturada pelo medo e pela insegurança.

Na perspectiva de Weyland (2001) a particularidade do populismo consiste no estabelecimento de vínculos frouxos, de natureza personalista, com uma massa desorganizada, em um tipo de relação direta que dispensa a mediação tradicional dos partidos.

Sob este aspecto, é importante recordar que os partidos são estruturas de poder de fato, e que estas instituições desempenham um papel central no funcionamento das democracias representativas, aptas a negociar e mediar os diferentes interesses da sociedade, mantendo a coesão social e a estabilidade política.

Para Dahl (2015), sem partidos políticos não existe democracia, pois estas organizações são essenciais na mediação de preferências e organização dos governos, a partir de um modelo institucional de sistema político, inclusivo e participativo.

Weyland (2001) argumenta que quando os neopopulistas recorrem aos partidos e outras organizações coletivas mantém essas instituições subordinadas a eles. A título de exemplo, observa-se a estreita relação entre Nicolás Maduro (Venezuela) e o Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), fundado por Hugo Chávez em 2008, o partido detém o controle sobre a maioria das instituições no país, mas não atua de

forma independente, funcionando como sustentáculo à agenda política do governo venezuelano e subordinado à liderança do presidente.

É importante destacar que na América Latina a mobilização vertical das massas, de cima para baixo, por um líder forte e personalista, é explicada pelos obstáculos relativos à transição das ditaduras militares para as democracias liberais, e por fragilidades institucionais que derivam desse processo.

Portanto, os ciclos populistas ocorrem em períodos de transição política e econômica que mudam ou afrouxam os vínculos sociais que sustentam o sistema partidário, neste sentido, a liderança populista prospera quando grupos das classes baixas e trabalhadoras se afastam dos partidos e ficam disponíveis para mobilização eleitoral por líderes personalistas e carismáticos (Roberts, 2006)

No neopopulismo, a personalização da política e a concentração de poder no executivo afeta a qualidade das instituições democráticas pois o antagonismo com o sistema político visa desintegrar as instituições de controle externo a partir de princípios não democráticos que, a longo prazo, impactam o sistema político.

Pressupõe-se que os partidos modernos precisam ser fortalecidos na sua capacidade de canalizar os interesses da sociedade perante o Estado. A reinstitucionalização de mecanismos efetivos de mediação política poderá significar o fim de iniciativas (neo)populistas. Desse modo, o que necessita prevalecer é a ação coletiva mediada pelos partidos e não a participação coletiva anômala, que ocorre em governos personalistas. (Baquero, 2010, p.184)

No campo da estratégia política, o uso de uma ideologia ténue (Mudde, 2004; Kaltwasser, 2013) que incorpora o conteúdo de outras doutrinas como o liberalismo ou o socialismo, reflete visões de mundo superficiais que variam conforme a personalidade e os objetivos dos líderes neopopulistas, neste caso observam-se apenas simplificações esvaziadas de conteúdo e profundidade.

Os fatores acima mencionados, se relacionam à estratégia de mobilização eleitoral que se beneficia do uso extensivo de políticas redistributivas (Roberts, 2006), que se destinam à criação de uma base material de apoio entre as camadas populares. Por se tratar de um fenômeno político eleitoral é importante considerar a perspectiva do eleitor cujos dados apontam “para a presença de predisposições favoráveis dos cidadãos às figuras politicamente populares em detrimento das instituições” (Baquero, 2010, p. 181).

Desse modo o neopopulismo se estabelece na América Latina com capacidade para mobilizar a sociedade, competir em eleições e exercer o poder, à medida que esses movimentos evoluem, é essencial compreender as dinâmicas que os impulsionam e as consequências para a estabilidade democrática.

Diante disso, Weyland (2022) aponta que uma avaliação equilibrada do perigo representado pelo populismo deve considerar as estratégias institucionais e os esforços da participação política convencional que visam desgastar a imagem destes líderes explorando suas fraquezas e vulnerabilidades.

Para o autor, apesar dessas lideranças procurarem enfraquecer as bases da democracia liberal, não colocam a democracia em risco de forma tão significativa quanto as análises da onda contemporânea do populismo sugerem, pois, salvo em condições de extrema fragilidade institucional, as instituições democráticas possuem os mecanismos de freios e contrapesos que devem ser utilizados para fortalecer as salvaguardas liberais (Weyland, 2022).

### 3.1 NEOPOPULISMO E DEMOCRACIA: UMA BREVE ANÁLISE DAS LIDERANÇAS LATINO AMERICANAS

Os anos 1990, marcam o período de convergência entre lideranças personalistas e políticas neoliberais na América Latina (Weyland, 2001), Carlos Menem (Argentina), Alberto Fujimori (Peru) e Fernando Collor (Brasil) foram hábeis ao se adaptar às políticas de austeridade fiscal e reformas de mercado, usando diversos instrumentos políticos para consolidar o poder no Executivo e ao mesmo tempo, sinalizar às massas em troca do apoio popular, uma estratégia que se mostrou essencial para implementar reformas difíceis.

Por outro lado, as crises econômicas na América Latina, exigiram a garantia de certos benefícios para as classes menos favorecidas, que seriam a base de sustentação política de líderes neopopulistas (Weyland, 2001).

Com um discurso radical à esquerda, Hugo Chávez (Venezuela), Evo Morales (Bolívia) e Rafael Correa (Equador) representam a rejeição aos princípios do neoliberalismo e do capitalismo norte americano, liderando uma agenda intervencionista voltada ao desenvolvimento nacional e à inclusão política e social de grupos marginalizados.

Na Argentina, o governo de Néstor Kirchner caminhou na mesma direção e assumiu a forma de um nacionalismo popular e antielitista, ao se posicionar contra as Forças Armadas, a Corte Suprema e o Fundo Monetário Internacional (Quiroga; Pagliarone, 2014). Pregou a soberania econômica, com ênfase em políticas protecionistas e promoveu acordos com o setor empresarial, com o objetivo de garantir direitos básicos às classes trabalhadoras. O kirchnerismo, que se radicalizou na gestão de Cristina Kirchner, promoveu reformas que visavam reestruturar o aparelho estatal, gerando críticas sobre a eficácia e transparência das instituições.

Panizza (2005), argumenta que "a política populista admite mais de uma forma política, dependendo dos elementos ideológicos que a compõem e da maneira como são socialmente construídos" (Panizza, 2005, p. 205). O autor pontua que são estes aspectos que definem o populismo em termos democráticos ou autoritários-nacionalistas.

Nesse sentido, tanto Chávez quanto Fujimori buscaram contornar os obstáculos ao seu livre exercício de poder, ao "sufocar partidos, dissolver legislaturas, lotear instituições de fiscalização entre aliados, atacar a mídia privada e perseguir grupos da sociedade civil, ligados a partidos tradicionais" (De La Torre, 2013, p. 49).

Do mesmo modo, Rafael Correa e Evo Morales procuraram centralizar o poder no Executivo desafiando os limites constitucionais, o risco à estabilidade democrática aumenta à medida em que se intensifica o uso de mecanismos legais, típicos de democracias, com o objetivo de aparelhar as instituições, distorcer as normas e manter-se no poder (Przeworski, 2019).

Na Venezuela, a presidência de Nicolás Maduro (Venezuela), sucessor de Hugo Chávez, é sustentada por um conjunto de atores, entre eles, as forças armadas, juízes e membros do Conselho Nacional Eleitoral (CNE) que juntos, asseguram a estabilidade do governo, e trabalham para suprimir e enfraquecer a oposição.

No neopopulismo as características importam tanto quanto as diferenças, neste sentido, lideranças oriundas da esquerda liberal e partidos institucionalizados recebem a alcunha de populistas moderados, por se apropriar do estilo personalista de aproximação com as massas. Nesta linha situam-se, Luís Inácio Lula da Silva (Brasil), Gustavo Petro (Colômbia), Gabriel Boric (Chile) e Andrés Manuel López Obrador (México).

Todavia, estes líderes não atendem todos os critérios do populismo pois mantêm o diálogo construtivo com as instituições e o compromisso com a estabilidade fiscal e com o controle da inflação, equilibrando crescimento econômico e políticas de cunho progressistas.

Na América Latina o populismo de esquerda representou a inclusão das minorias e das camadas mais pobres no processo político ampliando garantias e avançando na redução de desigualdades. Na Bolívia, por exemplo, foi capaz de articular espaços de representação plural que significou reconhecer os direitos dos povos indígenas.

No que se refere ao conteúdo ideológico, discursos neopopulistas são flexíveis e permitem que essas lideranças combinem posturas conservadoras a agendas progressistas. Nayib Bukele (El Salvador), conservador nas questões de segurança pública, adotou políticas progressistas no campo social e econômico, promovendo melhorias nas condições de vida dos salvadorenhos, principalmente nas áreas mais afetadas pela pobreza e criminalidade. Por outro lado, é conhecido por um estilo de governança conservador e autoritário, implementando medidas que suspenderam garantias constitucionais e permitiram prisões em massa.

No México, Andrés Manuel Lopez Obrador (AMLO), coloca o povo acima das instituições e, embora tenha raízes ligadas à esquerda, incorporou elementos de diversas ideologias, como o nacionalismo e o conservadorismo social, buscando se aproximar de diferentes setores da sociedade, incluindo empresários e líderes religiosos, como forma de manter apoio popular e político, atuando com base em critérios pragmáticos e oportunistas.

Como pode se observar, a manipulação populista é uma relação ambígua do ponto de vista social e do ponto de vista político (Weffort,1978), pois fundamenta-se no oportunismo e na demagogia, esvaziando a política de qualquer coerência ideológica. Entre os conservadores, a popularidade de Jair Bolsonaro (Brasil) e Javier Milei (Argentina), acompanha o crescimento do populismo de direita, observado em várias partes do mundo. Estes movimentos, de caráter excludente, defendem a manutenção dos privilégios de determinados grupos em detrimento de outros, identificados como minorias, essa demanda é consequência de uma percepção estratificada da sociedade onde cada grupo ocupa um lugar específico na hierarquia social, com diferentes níveis de poder, prestígio e acesso a recursos.

Com um discurso polarizador e uma visão hegemônica de mundo, Jair Bolsonaro influencia grandes contingentes de eleitores com uma agenda neoconservadora baseada em critérios morais e religiosos, que não representam a diversidade da sociedade brasileira.

A meu ver, ele faz isso, quando articula um discurso de ódio, cuja retórica está povoada de palavras a ações de baixo calão – palavrões e gestos obscenos – tudo para mobilizar apoios a uma plataforma governamental, definida, por ele mesmo, pelo objetivo político da destruição. Destruir, com violência física e simbólica, todos e tudo que for definido como inimigo ou obstáculo: os diferentes, o meio ambiente, a cultura, os intelectuais, as mulheres, os negros, os povos originários etc. (Gomes, 2022, p. 7)

Javier Milei conquistou o cargo de presidente da Argentina, demonstrando o seu desprezo à estrutura do Estado argentino, ao qual se referiu como uma fileira de inimigos. De acordo com o historiador Federico Finchelstein (2023), Milei é a representação da falta de interesse, do ódio ao Estado e às instituições.

Tanto Milei, quanto Bolsonaro, apropriam-se de um discurso antissistema estabelecendo ataques frontais à classe política e dedicam-se à construção de inimigos na esfera das instituições democráticas que dão sustentação à democracia representativa. Outro elemento em comum, é o uso intenso e patrocinado das redes sociais, como forma de se destacar na política, apelando para grupos heterogêneos, deslocados da política formal.

O populismo de extrema direita beneficia-se de plataformas como o X, Tik Tok, Google, Meta, You Tube, Kwai e Microsoft, que se tornaram um espaço livre para a intolerância, divulgação de desinformação, notícias falsas e conteúdo de cunho reacionários. O repertório de mobilização inclui discursos de ódio, nacionalistas e xenófobos, dirigidos a grupos vulneráveis e minorias, além de outros elementos antiplurais como a misoginia, a homofobia, o racismo e o antiglobalismo.

Para Stenner (2018) e Haidt (2018), este fenômeno é provocado por uma conjuntura de fatores que alteraram a estrutura econômica e social dos países, como a crise financeira global, os avanços tecnológicos, o declínio da manufatura e a globalização. Os autores apontam que existe uma associação entre as reclamações, em torno das mudanças socioeconômicas, e o aumento da popularidade dos líderes populistas da direita radical.

## 4 CONCLUSÃO

A história da América Latina é marcada pela exploração e por intervenções externas que limitaram o desenvolvimento da região resultando em uma desigualdade social persistente. Muitos países passaram por rupturas democráticas, o que a longo prazo contribuiu para a desconfiança, fragilidade das instituições e o desenvolvimento de uma cultura política que vê a centralização do poder na figura de um líder como solução legítima para as crises políticas que afetam os países do continente.

Esses fatores moldaram a política latino-americana promovendo a personalização do poder, o particularismo e práticas clientelistas. A exclusão social e a vulnerabilidade política forçam os cidadãos a relações de trocas que distorcem o processo democrático, neste sentido surgem movimentos que com uma comunicação acessível, tentam criar novas formas de representação, especialmente para as classes mais afetadas pela globalização, apresentando-se como alternativas.

Portanto, a eleição de líderes neopopulistas, cujo discurso atrai grandes segmentos do eleitorado latino-americano, deve ser compreendida a partir do questionamento essencial às teorias democráticas: o papel do "povo" na democracia cujo conceito abrange o reconhecimento de múltiplas identidades e reflete as críticas sobre como essas identidades são representadas politicamente. Assim, o populismo é uma forma de fazer política que se estabelece nas democracias representativas latino-americanas, cujo significado varia para cada povo e reflete as diferentes maneiras de exercer o poder e participar das decisões políticas.

Por fim, embora o neopopulismo tenha mobilizado a sociedade civil, a chegada de populistas ao poder, por vias democráticas, tem-se mostrado capaz de comprometer a legitimidade das instituições. Para enfrentar este desafio, é preciso que elas funcionem, de modo a fornecer os freios e contrapesos contra os abusos de poder. Sobretudo, deve-se encorajar o desenvolvimento da cultura política e a convicção democrática (Dahl, 2001), combatendo os déficits de inclusão, cidadania e direitos, pilares fundamentais na construção de democracias sólidas.

## REFERÊNCIAS

BAQUERO, M. **Populismo e neopopulismo na América Latina: o seu legado nos partidos e na cultura política**. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 181–192, 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/13421>>. Acesso em: 19 mar. 2024.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

CASSIMIRO, P. **Os usos do conceito de populismo no debate contemporâneo e suas implicações sobre a interpretação da democracia**. Revista Brasileira de Ciência Política, Universidade de Brasília, 2021, v. 35. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.35.242084>>. Acesso em: 29 de out. 2024.

DAHL, R. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Edusp, 2015.

DE LA TORRE, C. **Populismo Tecnocrático no Equador, Dossiê América Latina**. Journal of democracy em português, Fundação iFHC | Centro Edelstein, out. 2013, v. 2, número 2, Disponível em: <[https://fundacaofhc.org.br/arquivos/JD-v2\\_n2\\_00\\_Versao\\_Completa.pdf](https://fundacaofhc.org.br/arquivos/JD-v2_n2_00_Versao_Completa.pdf)>. Acesso em: 29 de out. 2021.

DI TELLA, Torcuato S. **Para uma política latino-americana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

FINCHELSTEIN, F. **Milei é um populista de extrema direita, um louco ideológico. Entrevista com Federico Finchelstein**. Entrevista por Bibiana Ruiz. Clarín-Revista Ñ, 15-08-2023. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/631642-milei-e-um-populista-de-extrema-direita-um-louco-ideologico-entrevista-com-federico-finchelstein>>. Acesso em: 31 de out. 2024.

GERMANI, G. **Política e sociedade numa época de transição: da sociedade tradicional à sociedade de massas**. São Paulo: Mestre Jou, 1973.

GOMES, Angela de Castro. **O populismo no Brasil: Desafios de um debate historiográfico**. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 48, n. 1, p. 1-9, jan.-dez. 2022. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/iberoamericana/article/view/42806/27619>>. Acesso em: 18 mar. 2024.

IANNI, O. **A Formação do Estado Populista na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

KALTWASSER, C. **Populism vs. Constitutionalism? Comparative Perspectives on Contemporary Western Europe, Latin America, and the United States**. Policy Brief, The Social and Political Foundations of Constitutions. Oxford University, 2013. Disponível em: <<https://ora.ox.ac.uk/objects/uuid:0b3a92d0-401b-4af8-a4bd-89afb98e7454>>. Acesso em: 31 de out. 2024.

LACLAU, E. **A razão populista**. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

MEDEIROS, P. **Uma introdução à Teoria da Democracia**. Curitiba: Ed. Intersaberes, 2016.

MUDDE C. **The Populist Zeitgeist**. Government and Opposition. v. 39(4), 541-563, 2004. Disponível em: <<https://doi:10.1111/j.1477-7053.2004.00135.x>>. Acesso em: 09 set. 2024.

PANIZZA, F. **“Introduction: populism and the mirror of democracy”**, Londres: Verso, 2005.

Przeworski, A. **Crises da democracia**. 1º ed. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz S.A, 2019.

QUIROGA, M; PAGLIARONE, M. **Populismo, Estado y movimientos sociales: Posibles articulaciones en los contextos recientes de Argentina y Bolivia**. Colombia Internacional: Revista del Departamento de Ciências Sociais - Facultad de Ciencias Sociales, Colombia, p.191-219, set. 2014. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/colombiaint/12815> >. Acesso em 28 de out. de 2024.

ROBERTS, K. **Neoliberalism and the transformation of populism in Latin America: The Peruvian Case**. *World Politics*, v. 48, n. 1, p. 82-116, Oct. 1995. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/25053953>>. Acesso em 31 de out, 2024.

ROBERTS, K. **Populism, Political Conflict, and Grass-Roots Organization in Latin America**, *Comparative Politics*, Vol. 38, No. 2 (jan., 2006), pp. 127-148 (22 pages). Published By: Comparative Politics, Ph.D. Programs in Political Science, City University of New York. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/271744241\\_Populism\\_Political\\_Conflict\\_and\\_Grass-Roots\\_Organization\\_in\\_Latin\\_America](https://www.researchgate.net/publication/271744241_Populism_Political_Conflict_and_Grass-Roots_Organization_in_Latin_America)>. Acesso em: 31 de out. 2024.

STENNER, K; HAIDT, J. **Authoritarianism Is Not a Momentary Madness, But an Eternal Dynamic Within Liberal Democracies**. In: SUNSTEIN, Cass R (ed). **Can It Happen Here? Authoritarianism in America**. New York: Harper Collins Publisher, 2018, p. 175-220. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/324418779\\_Authoritarianism\\_is\\_Not\\_a\\_Momentary\\_Madness](https://www.researchgate.net/publication/324418779_Authoritarianism_is_Not_a_Momentary_Madness)>. Acesso em: 31 de out. 2024.

WEBBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia compreensiva** Volume 2. São Paulo: Editora UnB, 2004.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WEYLAND, K. **Clarifying a contested concept: populism in the studies of Latin American politics**. *Nova Iorque: Comparative Politics* v. 34, n. 1, p. 1-22, Out./2001. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/263535912\\_Clarifying\\_a\\_Contested\\_Concept\\_Populism\\_in\\_the\\_Study\\_of\\_Latin\\_American\\_Politics](https://www.researchgate.net/publication/263535912_Clarifying_a_Contested_Concept_Populism_in_the_Study_of_Latin_American_Politics)>. Acesso em 6 de set. de 2024.

Weyland, K. **How Populism Dies: Political Weaknesses of Personalistic Plebiscitarian Leadership**. *Political Science Quarterly*, 137: 9-42., 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1002/polq.13277>>. Acesso em: 9 de set. 2024.